

## A LUTA PELO DIREITO DE DIZER A LÍNGUA: A LINGÜÍSTICA E O PURISMO LINGÜÍSTICO NA PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI<sup>1</sup>

Marina Célia MENDONÇA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo é resumo de minha tese de doutorado em lingüística, na qual, na perspectiva da análise do discurso, analisei a constituição da metalinguagem purista presente na mídia brasileira na passagem do século XX para o século XXI e o diálogo entre ela e o discurso de lingüistas. Essa metalinguagem tem por temática principal o uso de anglicismos e o uso/ensino da norma culta. Distingo nela a presença de dois purismos, que chamo de purismo nacionalista e purismo neoliberal. Considerando, segundo a perspectiva discursiva de Foucault, que haja uma luta pelo poder de dizer a língua na esfera pública, reflito sobre o diálogo que constitui essa luta ao longo da história brasileira e no período citado – diálogo entre escritores, gramáticos, jornalistas, políticos e, recentemente, entre lingüistas. São apontadas as ressignificações resultantes do diálogo que constitui esses discursos, entre elas os simulacros produzidos em debates na mídia.

**ABSTRACT:** The theme of this research is the fight for the right of saying the language. The central interest is to analyze the collisions between linguistics and the common sense that took place in the end of the XX century and at the beginning of the XXI century in Brazil. These collisions dealt mainly with the teaching of the educated norm and the restriction to the use of foreign expressions in the country. I found, in the reference media, two types of purism, which I called neoliberal purism and nationalistic purism. I accomplished a historical approach of the nationalistic purism in grammar books and in romantic writers' discourses. In the analyses, I pointed out indications that the writer's place of saying language is constituted in the relationship with the nationalistic purism and with the traditional grammatical knowledge. The grammarians, on the other hand, in the fight to maintain the value of their place of saying the language, maintain a dialogue with the puristic grammatical tradition and with linguistics, in order to modernize the linguistic instruments. The linguists have, in the teaching relationships, a space to say the language. However, their word doesn't have projection in the media.

Neste trabalho, busco mostrar que é possível copaginar, apesar das diferenças, o projeto filosófico do círculo de Bakhtin e o de Michel Foucault. Procuo um modo de fazer análise do discurso fundado na relação dialógica entre discursos, em que, na perspectiva bakhtiniana, a alteridade não se acrescenta, mas constitui os discursos. É nesse contexto que também se insere o projeto de Foucault, de que me benefico na busca das redes discursivas e da micro-física do poder, que constituem os discursos puristas e o discurso do lingüista presentes na sociedade brasileira na passagem do século XX para o século XXI. Para Foucault, como para Bakhtin, o enunciado só pode ser pensado na sua relação com outros enunciados e práticas sociais – é nessa relação que se produzem subjetividades e realidades.

---

<sup>1</sup> Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Lingüística do IEL (Instituto de Estudos da Linguagem) da UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi. Área de concentração: Análise do Discurso.

<sup>2</sup> Docente da Universidade de Franca (UNIFRAN) e do UNI-FACEF Centro Universitário de Franca. E-mail: m.c.mendonca@uol.com.br.

Dessa forma, as análises desenvolvidas na tese estão centradas na dialógica bakhtiniana, o que significa dizer que não estão reduzidas à análise de discursos em pólos opostos, mas que os coloca na grande temporalidade que envolve passado, presente e futuro (Bakhtin, 2000). As memórias (do passado e do futuro, esta composta das antecipações da resposta do outro) são parte constitutiva do enunciado que é produzido.

As reflexões de Foucault sobre a natureza do enunciado e sobre o *acontecimento* aproximam-se dessa perspectiva bakhtiniana e elegem o interdiscurso (um espaço de repetições, mas também de desestabilizações) como o lugar privilegiado da produção do sentido (Foucault, 2000).

Nas análises produzidas, aplico o conceito bakhtiniano de *contrapalavra* aos estudos do discurso.<sup>3</sup> O conceito pode ser entendido como sinônimo de *compreensão responsiva* (que também aparece na obra do autor) e pressupõe, no processo do diálogo, uma constante ressignificação. Na perspectiva dos estudos bakhtinianos, o sentido do discurso é pensado na sua relação com o que é estável (a sua *significação*, composta por aspectos que a língua traz consigo em sua historicidade) e com o que o desestabiliza (o *tema*, ou seja: o que é novo na enunciação) (Bakhtin/Volochinov, 1988). Busco, ao longo da pesquisa, especificar a forma como se dão as várias ressignificações do discurso purista nas enunciações de jornalistas, escritores, gramáticos e políticos, e do discurso científico em enunciações feitas por lingüistas e, até, gramáticos. Por outro lado, também trato como contrapalavras os simulacros produzidos em debates entre lingüistas e puristas na mídia. Nos discursos analisados, pode-se considerar que haja uma *luta pelo direito de dizer a língua no país*, luta entre puristas e lingüistas. Por *dizer a língua* entendo um uso da palavra com *poder de dizer*, uma publicização do dizer.

## 1. O PURISMO LINGÜÍSTICO NO BRASIL

O purismo lingüístico foi historicamente produzido no Brasil, trata-se de uma atitude sócio-historicamente condicionada. Há uma rede de discursos puristas que se dissemina pela sociedade brasileira devido ao valor historicamente constituído da escrita e da sociedade letrada. De acordo com Rama (1985), o purismo lingüístico “(...) foi a obsessão do continente no transcurso de sua história” (p. 61). Silva Neto (1963) também destaca a extrema submissão literária e lingüística que ocorreu no Brasil desde fins do século XVIII com o desejo de a elite local “imitar a sociedade de além-mar” – os modelos supremos eram a corte de Lisboa e a Universidade de Coimbra.

### 1.1. O purismo nacionalista

Considerando a metalinguagem presente nos discursos veiculados na mídia no final do século XX e início do século XXI, encontrei dois tipos de purismo lingüístico predominantes que chamei de *purismo nacionalista* e *purismo neoliberal*.

---

<sup>3</sup> Para outros estudos bakhtinianos, nesta perspectiva, consultar Galdi (1993, 2003).

Considere *purismo nacionalista* a metalinguagem que pressupõe uma atitude lingüística que ajuda a sustentar a exaltação do sentimento nacional e a preferência pelo que é próprio da nação à qual se pertence. No caso específico da luta contra os estrangeirismos no Brasil do final do século XX e início do século XXI (um dos objetos de minha pesquisa), o *purismo nacionalista* se constitui a partir de uma reapropriação do *purismo ortodoxo*, no sentido que lhe atribui Leite (1999), em que se deseja ver preservada a *norma prescritiva*. No entanto, essa luta pela preservação dos valores da nação, em minha pesquisa, pode manifestar-se também como o *purismo nacionalista* conforme o propõe Leite (1999), em que se busca a preservação da *norma objetiva*. Um exemplo desta busca está na atitude lingüística dos escritores brasileiros no período do Romantismo, que lutavam contra um outro que era Portugal, na produção de sua identidade como nação, e aí se manifesta seu *purismo nacionalista*, na tentativa de preservar (e até produzir) uma norma nacional, na busca, para o português do Brasil, de uma língua mais pura utilizando o parâmetro da língua praticada no país. Neste caso, o *purismo nacionalista* se apóia na *norma objetiva*.

É a essa tendência nacionalista relacionada ao uso lingüístico, ora apoiada na norma prescritiva, ora na norma objetiva, que chamei *purismo nacionalista*. O purismo nacionalista do final do século XX e início do XXI constitui-se a partir da tradição gramatical e do discurso dos escritores românticos do século XIX, e se manifesta em gramáticas tradicionais e na mídia de referência.

## 1.2. O purismo neoliberal

Também o purismo neoliberal tem suas raízes no discurso gramatical tradicional, que ele parafraseia (privilegia-se a correção, a clareza, em suma, o “bom uso” da língua). Mas é uma parafrase que se adapta ao contexto de enunciação do discurso. É desta forma que se dá a constituição dialógica do purismo neoliberal com a tradição gramatical: é uma contrapalavra em forma de parafrase que se move na direção do objetivo de *obter sucesso profissional*.

Trata-se, portanto, de uma atitude lingüística sócio-politicamente condicionada – frente ao desemprego estrutural, à terceirização, à insegurança no mercado de trabalho advinda da globalização econômica e do modelo político-econômico neoliberal, são produzidos discursos que buscam na língua (ou no que a mídia chama de “norma culta”)<sup>4</sup> uma ferramenta para suplantar as dificuldades individuais de acesso aos bens, aos serviços e ao “emprego”. Essa é uma *realidade prática* de uso da língua, a qual possibilitaria ao profissional da classe média distinguir-se da maioria ou, ao menos, atingir aquilo que minimamente se esperaria do profissional capacitado: um “bom uso” da língua. No modelo político-ideológico do neoliberalismo, supervaloriza-se o sucesso pessoal/individual, em detrimento da “coletivização” (com suporte na classe social, nos interesses sociais, na busca de um bem-estar comum etc); o sucesso buscado à exaustão seria fruto do esforço de cada um, não das condições sociais a que teve acesso o indivíduo.

---

<sup>4</sup> O conceito de norma culta tem sido utilizado, no senso comum, como sinônimo daquela presente nos instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários. Mas, para os sociolingüistas brasileiros, metodologicamente, norma culta é considerada a norma utilizada por falantes que possuem nível universitário.

É certo que a norma prescritiva tem sido instrumento de exercício de poder ao longo da história brasileira. Portanto, dominar a “norma culta” já fazia parte dos desejos/das necessidades das classes dominantes. Assim, os enunciados que constituem o purismo neoliberal não são novos. Mas, no contexto histórico em que vivemos, *esse desejo e essa necessidade se explicitam* nos discursos analisados, *eles se naturalizam* através da mídia. *Eles se agudizam*, e a língua, poderoso elemento de exclusão social, encontra aí um recanto aprazível: alguns brasileiros conseguirão chegar perto do tal “bom uso”; a maioria, não – o que é adequado para o neoliberalismo, em que as oportunidades, em tese acessíveis a todos, são privilégio de poucos.

Vejamos um exemplo de enunciado que manifesta esse tipo de purismo: “O brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente. Mas está fazendo tudo para melhorar, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida social” (Veja, 2001).

Um mecanismo que ajuda a mídia a produzir o purismo neoliberal é a construção de relevâncias em capas de revistas – essa construção de relevâncias é tomada aqui dentro da perspectiva da microfísica do poder proposta por Foucault (1985, 1986). Foram analisadas capas de cinco revistas de grande circulação nacional, publicadas entre o ano de 2000 e 2005. Os discursos sobre língua veiculados nessas capas produzem uma necessidade relacionada à ideologia neoliberal: a necessidade de *participar do mercado*, seja conhecendo autores/obras/conceitos (trata-se nesse caso de participação no *mercado das idéias*), seja dominando o que se chama na mídia de “norma culta” para conseguir emprego ou sucesso no emprego que já se tem.

Outro mecanismo que ajuda a produzir o *purismo neoliberal* na mídia contemporânea é o da *citação* na constituição da autoridade sobre língua. Essa prática (ou micro-poder) também ajuda a constituir no social o *sujeito especialista em língua*. As citações em reportagens, nos suportes revista e jornal, indiciam que o lingüista tem pouco espaço na mídia para dizer a língua, o que justifica sua luta pelo direito de dizer a língua no país. Apesar de o lingüista ser um sujeito constituído pela universidade – isto é, um sistema de apropriação do discurso pelo qual o sujeito estaria habilitado a enunciar discursos sobre língua (Foucault, 2001) –, o lugar de “especialista no assunto” nas reportagens é ocupado por diferentes sujeitos: qualquer profissional, desde que bem sucedido em sua área, fala sobre língua como autoridade no assunto no país. A mídia institui como autoridade em linguagem quem já atingiu poder no mercado de bens simbólicos e materiais.

Mesmo que o lingüista seja citado como uma das autoridades sobre língua na mídia do fim do século XX e início do XXI, seu discurso tem sido resignificado em forma de simulacro e abafado pelo discurso dos puristas, este que vem do lugar do gramático, do jornalista, do escritor e do profissional de sucesso. Pode-se dizer que há uma luta pelo direito de dizer a língua no país, luta em que os purismos lingüísticos estão em relação polêmica com o discurso de lingüistas.

## 2. O LUGAR DE DIZER A LÍNGUA DO ESCRITOR

Pode-se dizer que o lugar de dizer a língua do escritor se constitui não só no papel que a cidade das letras lhe atribui e no prestígio que a longa e arraigada tradição gramatical portuguesa vem dando a esse sujeito, tomando-o como exemplo de linguagem a ser seguido, mas também nas polêmicas em que sua metalinguagem nacionalista se manifesta ao longo da história da nação brasileira.

Vejam os poucos das polêmicas em que se envolveram os escritores românticos: o *lugar do escritor* se funda, desde o século XIX, no país, como o *lugar do defensor e até criador do idioma nacional*. Junqueira Freire (*apud* Pimentel Pinto, 1978) já clamava pelo direito de dizer a língua, um direito que achava que deveria vir acompanhado de liberdade criadora. Em Gonçalves Dias (Dias, 1978), a problemática da intermediação entre língua popular e escritor na produção literária fica mais explícita, problemática que será largamente abordada por Alencar. Este autor vê no escritor um papel central na “transposição” da linguagem popular para a obra literária – é ele quem “depura-a de sua vulgaridade”<sup>5</sup>; são os bons escritores que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor”, são eles que “vão corrigindo e limando [a gramática rude e incoerente saída da infância do povo]”<sup>6</sup>. Por seu turno, é o povo que tem a soberania para modificar a gramática da língua que ele usa, o germe da mudança está no “espírito popular, no falar do povo”<sup>7</sup>. E ao público leitor cabe a sanção ou o aplauso das ousadias de linguagem perpetradas pelos escritores<sup>8</sup>. Essa missão do escritor e o papel da população no processo de elaboração linguística se encontram bem caracterizados na citação a seguir:

(...) compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado; tudo isso lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que por ventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino. (Alencar, *Bênção Paterna*, 1872, p. 94)

O papel do escritor fica bem marcado neste período de construção da nação, pós-independência política, mas também aparece em momentos posteriores. Conforme Pimentel Pinto (1978, p. XXXI), Machado de Assis reconhece ao escritor o papel de depurador das criações populares, mas no sentido de dar-se (como escritor) o direito de rejeitar inovações.

## **2.1. A metalinguagem purista dos escritores brasileiros na passagem do século XX para o XXI: o purismo nacionalista ressignificado**

Vejam os casos recentes de *reforço desse lugar de dizer a língua que é o do escritor*. Abordemos um viés da polêmica que o uso de anglicismos suscitou na sociedade brasileira na passagem do século XX para o século XXI: o Projeto de Lei nº

<sup>5</sup> ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 58.

<sup>6</sup> ALENCAR, *Pós-Escrito* à 2. ed. de *Iracema*, 1870. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 74

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>8</sup> ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 59.

1676/99, proposto pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) em 1999, visando legislar sobre o *planejamento lingüístico* e a *política lingüística* no país. Centrarei minha análise na posição de escritores brasileiros sobre esse projeto: como eles buscam um lugar para dizer a língua dentro dessa polêmica sobre o uso de estrangeirismos?

Vejamos o caso de Ariano Suassuna (2000a, 2000b). O autor discute, em crônicas veiculadas na *Folha de S. Paulo*, a problemática do uso do inglês para a vida nacional. A atitude do cronista em relação à defesa da língua e de outros aspectos da cultura nacional pode ser comparada à do poeta romântico “eleito”, aquele que deveria trazer a Boa Nova, os valores sagrados (no caso de Gonçalves de Magalhães, em “Lede”, os valores que vinham da Europa), aquele que se atribuía a tarefa de construir a Pátria. Mas no final do século XX e início do XXI, a função do escritor é proteger a cultura nacional dos avanços da globalização cultural e econômica; e a identidade se produz no discurso de Suassuna pela *exclusão do outro* (no caso, a língua inglesa e seu falante). Se, no processo de construção de identidade nacional, o senso comum produz um inimigo, na conjuntura atual trata-se do norte-americano que nos explora, induz ao consumo daquilo que nos descaracteriza como nação e introduz em nossa língua itens lexicais que “desfiguram” o português – já no purismo nacionalista romântico, tratava-se de se proteger da tradição portuguesa. O papel do escritor, no discurso de Suassuna, é o de ajudar a livrar a nação dessa influência negativa. Esse novo colonizador não deveria ser integrado às nossas produções culturais, e a língua deveria manter-se livre dessa influência que a descaracteriza. A língua portuguesa é tomada pelo escritor como um instrumento de representação da nação, em suas especificidades culturais, e deve ser mantida como tal. Está clara, no discurso de Suassuna, a relação entre língua e aspectos culturais e políticos, relação que o autor destaca ao colocar a defesa do idioma como parte da luta “contra a entrega do nosso território, da nossa economia, da nossa identidade cultural”. Sua “desfiguração” com o uso do inglês seria iminente, por isso deveria ser objeto de uma política de “defesa” e “preservação”. Se os nossos românticos, representados pela figura de Alencar, manifestavam seu purismo nacionalista rejeitando o português clássico e buscando uma forma mais nacional de produção artística, o escritor do final do século XX e começo do XXI não quer ser dominado pela cultura nem pela economia dos EUA, e com base nesse novo “inimigo”, ressignifica o discurso purista nacionalista dos românticos. O que está em jogo é a identidade nacional, identidade que deve ser reconstituída constantemente pelo escritor, que se atribui essa missão. *Temos aí uma manifestação purista de linguagem, acompanhada da postura nacionalista.*

Vejamos como aí se processa a ressignificação: trata-se de uma *paráfrase* do discurso nacionalista romântico ao retomar a problemática da “necessidade” de proteger a língua nacional; porém, esse discurso tem um outro alvo de ataque e uma nova postura política frente a esse alvo. Então, digamos que seja uma *paráfrase que se move devido ao tema.*

### 3. O LUGAR DO DIZER A LÍNGUA DO GRAMÁTICO

O lugar de o gramático dizer a língua também está claramente definido no país.

Pode-se dizer que as gramáticas produzem um *saber* sobre a *língua nacional* no Brasil, *elas instituem realidades sobre como é essa língua nacional e sobre quando ela está ameaçada em seu jeito de ser.*

Para estudar como o purismo nacionalista se manifesta nesses instrumentos lingüísticos, analisei discursos sobre estrangeirismos em gramáticas publicadas entre 1918 e 2000.<sup>9</sup> Em meio a inúmeras coincidências discursivas entre os discursos recentes e os mais antigos,<sup>10</sup> também encontrei no diálogo entre essas gramáticas paráfrases que se movem devido ao tema. Há, nas gramáticas a partir da década de 1970, as remessas a exemplos do uso da escrita exterior ao cânone (grafite); a incorporação de discursos sobre os funcionamentos da língua no seio da sociedade; os exemplos de linguagem retirados de jornais/revistas; a ausência da seção dedicada aos vícios de linguagem; a ausência de metáforas biologizantes. Todos esses elementos indiciam que um novo pacto está em construção: os gramáticos, para permanecerem em um mundo que se imagina “cientificizado”, começam um diálogo com o outro lado, os lingüistas, que têm um papel relevante na relativa mudança do discurso dos gramáticos. Esse diálogo com a lingüística, mesmo que mínimo, é indício da tentativa de preservação do direito de os gramáticos dizerem a língua no país.

#### 4. O LUGAR DO DIZER A LÍNGUA DO LINGÜISTA

Ao refletir sobre o lugar de o lingüista dizer a língua, parto da hipótese de haver uma desvalorização da lingüística no cenário nacional.<sup>11</sup> Para tentar comprovar essa hipótese, analiso o diálogo de lingüistas (que representam o saber desenvolvido no interior das universidades) com outras instâncias institucionais: escola e mídia.

Quanto da análise de como a instituição escolar dialoga com o discurso dos lingüistas, percebe-se que estes já conseguiram o direito de dizer a língua nas relações de ensino, devido à presença marcante de seu discurso em exames vestibulares de grandes universidades e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Investigando a memória discursiva recente de estudos de lingüistas sobre a textualidade<sup>12</sup> e sobre a variação lingüística e o ensino de norma culta no Brasil, pode-se dizer que os vestibulares e os Parâmetros incorporaram esse discurso dos lingüistas. Nessa incorporação, também ocorrem *ressignificações*: enquanto os lingüistas propõem uma valorização da diversidade nacional e um ensino diversificado, os PCNs, investidos do “caráter nacional”, propõem a integração ao buscar “referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (Brasil, 1997). Além disso, na visão dos lingüistas, a norma culta está sempre em movimento, mas os PCNs não

---

<sup>9</sup> Ali (1964), Almeida (1956), Cegalla (1989), Cipro Neto e Infante (1998), Coutinho (1973), Cunha (1972), Faraco e Moura (2000), Maciel (1918), Melo (1971), Nicola e Infante (1991).

<sup>10</sup> Em minha tese de doutorado, retomo e desenvolvo estudos meus sobre a aproximação e o distanciamento entre discursos sobre estrangeirismos em gramáticas (MENDONÇA, 2003/2006).

<sup>11</sup> Ver também Mendonça (2005a).

<sup>12</sup> Uma pequena retrospectiva dos estudos sobre a textualidade no Brasil e sua interferência no ensino está presente em artigo meu escrito como requisito para qualificação de área em Lingüística Textual. Ver Mendonça (2005b).

problematizam o fato de ela ser uma variedade lingüística e uma construção histórica, o que lhe pode dar um estatuto de algo “eternamente já-construído”.

Para refletir sobre o direito de o lingüista dizer a língua na mídia de referência, analiso dois debates.<sup>13</sup> Um deles tematiza, entre outras questões, a posição dos lingüistas a respeito do ensino de norma culta. Foi veiculado no site do Observatório da Imprensa entre novembro de 2001 e janeiro de 2002. Esse debate inicia-se com um artigo do lingüista Marcos Bagno (2001), veiculado no site. Neste debate, o lingüista é tido como “distante da realidade prática” em que investem os brasileiros, principalmente a classe média preocupada com a ascensão profissional, porque não se encaixaria no discurso purista neoliberal de alcançar o uso “perfeito” de linguagem para atingir o sucesso. Compreende-se, nesse contexto, que o lingüista não deseja que se ensine norma culta. Assim, o lingüista é compreendido em forma de simulacro como um sujeito não comprometido com o cidadão. A semântica desse descompromisso se dá, por um lado, pela sua representação como sujeito não-pragmático, falso revolucionário e individualista, *versus* a auto-representação de democrático que o lingüista faz de si. Por outro lado, nesse debate o lingüista, ao se representar como cientista, é compreendido como arrogante e invejoso do sucesso dos professores-da-mídia.

Um outro debate analisado foi publicado pela *Folha de S. Paulo* entre março e julho de 2001, e teve por debatedores o deputado federal Aldo Rebelo (2001a, 2001b, 2001c) e o lingüista Carlos Alberto Faraco (2001a, 2001b, 2001c). O tema central desse debate foi o Projeto de Lei já citado neste artigo. No embate discursivo analisado, também há a criação de simulacros dos discursos e dos sujeitos envolvidos. Aí o lingüista é ressignificado, da perspectiva do purismo nacionalista, como não-comprometido com a cultura nacional porque não preocupado com a invasão de anglicismos. Trata-se de um sujeito compreendido novamente como falso revolucionário porque, apesar de representar-se como democrático em sua preocupação com o estudo da língua do povo, não estaria preocupado com as dificuldades de comunicação que os estrangeirismos trariam para a população carente. O lingüista também é ressignificado, quando apela para a autoridade do discurso científico, como intelectual colonizado que se restringiria a um estudo estrutural da língua, não se preocupando com os aspectos políticos da linguagem.

O mecanismo básico dessa produção de simulacros é a compreensão do discurso do outro a partir do lugar que se ocupa no social e das ideologias/discursos que constituem esse sujeito que compreende. Assim, é a partir do purismo neoliberal que se produzem os simulacros do lingüista quando o assunto é ensino da “norma culta”, e aí temos um *lingüista descomprometido com o cidadão*. Por outro lado, é a partir do purismo nacionalista que se produz o simulacro *lingüista descomprometido com a cultura nacional*. Mas essa produção de simulacros não se dá independentemente do discurso proferido. Ou seja: o lingüista assume um tom nas polêmicas que colabora para que seja compreendido como arrogante; e há realmente o apelo ao argumento científico baseado na estrutura da língua, apelo que acredito também colaborar para que o lingüista seja compreendido como despolitizado.

---

<sup>13</sup> Para a análise dos debates, parti do estudo de Maingueneau (2005) sobre a produção de simulacros em discursos em relação polêmica.



As análises feitas nesta pesquisa indiciam que os linguistas ainda têm pouco espaço para dizer a língua na mídia e que há uma desvalorização desses sujeitos, visto serem produzidos, em debates, simulacros bastante depreciativos de seus discursos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, José de (1978a). “*Poscrito a Diva*”. In: Pimentel Pinto, Edith (org.), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1978b). *Bênção Paterna*. In: Pimentel Pinto, Edith (org.), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1978c). *Pós-Escrito à 2. ed. de Iracema*. In: Pimentel Pinto, Edith (org.), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- ALI, M. Said (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª edição.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1956). *Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo*. São Paulo: Saraiva, 8ª edição.
- BAGNO, Marcos (2001). “Preconceito contra a lingüística e os linguistas”. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211120011.htm>. Acesso em: 21 de novembro de 2001.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. (1988). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 4ª edição.
- BAKHTIN, M. (2000). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição.
- BERENBLUM, Andrea (2002). *A invenção da palavra oficial: identidade e língua nacional em tempos de globalização*. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ).
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.
- CEGALLA, Domingos Paschoal (1989). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32ª edição.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses (1998). *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1973). *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 6ª edição.
- CUNHA, Celso (1972). *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S.A., 3ª edição.
- DIAS, Gonçalves (1978). “Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal”. In: Pimentel Pinto, Edith (org.), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920*, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- FARACO, Carlos Alberto (2001a). “Guerras em Torno da Língua”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001. Caderno Mais!, pp. 30-31.

- \_\_\_\_\_. (2001b). “O maiúsculo e o minúsculo”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001. Caderno Mais!, p. 23.
- \_\_\_\_\_. (2001c). “Nacionalismo requeentado”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º jul. 2001. Caderno Mais!, p. 18.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. (2000). *Gramática*. São Paulo: Ática, 12ª edição.

FOUCAULT, Michel (1985). *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 5ª edição.

\_\_\_\_\_. (1986). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 4ª edição.

\_\_\_\_\_. (2000). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª edição.

\_\_\_\_\_. (2001). *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo, Loyola, 7ª edição.

GERALDI, João Wanderley (1993). *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição.

\_\_\_\_\_. (2003). “Depois do ‘show’, como encontrar encantamento?”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (44), pp. 251-261, jan./jun.

LEITE, Marli Quadros (1999). *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

MACIEL, Dr. Maximino (1918). *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Aillaud, Alves & Cia: Paris, 7ª edição.

MAGALHÃES, Gonçalves de (1978). “Lede”. In: Pimentel Pinto, Edith (org.), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

MAINGUENEAU, D. (2005). *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MELO, Gladstone Chaves de (1971). *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

MENDONÇA, Marina Célia (2000-2003). “Discursos sobre o estrangeirismo em gramáticas: políticas de fechamento”. In: *Avepalavra*. UNEMAT-MT, v. 2, pp. 36-46.

\_\_\_\_\_. (2005a). “Notas sobre a constituição do ‘sujeito-lingüista’ na mídia”. In: *Estudos Lingüísticos XXXIV*, pp. 869-874.

\_\_\_\_\_. (2005b). “Coesão e coerência textuais escolarizadas: políticas de fechamento”. In: *Cadernos de qualificações*. Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas (SP), (1), pp. 143-156.

\_\_\_\_\_. (2006). “Discursos sobre o estrangeirismo: um enfoque em suas contradições”. In: Bertoldo, E. S.; Mussalim, F. (orgs.), *Análise do discurso: aspectos da discursividade no ensino*. Goiânia: Trilhas Urbanas.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses (1991). *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 7ª edição.

PIMENTEL PINTO, Edith (1978). “Introdução”. In: *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

RAMA, Angel (1985). *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense.

REBELO, Aldo. Projeto de Lei nº 1676.

\_\_\_\_\_. (2001a). “A Intriga das Línguas”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001. Mais!, pp. 22-23.

\_\_\_\_\_. (2001b). “A neolíngua neoliberal”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2001. Mais!, p. 19.

\_\_\_\_\_. (2001c). “Sobre guerras e línguas”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul 2001. Mais!, p. 18.

SILVA NETO, Serafim da (1963). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 2ª edição.

SUASSUNA, Ariano (2000a). “Um projeto de lei”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. Caderno Ilustrada.

\_\_\_\_\_. (2000b). “Uso de palavras estrangeiras”. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jul. Caderno Ilustrada.

VEJA (2001). “Capa”. São Paulo: Ed. Abril, 7 de novembro.